



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140747 - AL (2021/0000219-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : M R A DA S (PRESO)  
**ADVOGADO** : RONALD PINHEIRO RODRIGUES - AL014732  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
**CORRÉU** : J M DA S

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M. R. A. da S. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (0801280-44.2020.8.02.0000).

O recorrente foi preso temporariamente no dia 12/2/2020 em razão de representação formulada pela autoridade policial, no âmbito de inquérito instaurado para a apuração de suposto crime previsto no art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável). Ao indeferir pedido de revogação de prisão temporária, a autoridade coatora decretou, de ofício, a sua prisão preventiva.

Ato posterior, afirma que o TJAL manteve "a prisão domiciliar, e estabeleceu outras medidas cautelares diversas da prisão, ainda que tenha havido o reconhecimento da ilegalidade da prisão preventiva" (fl. 126).

A defesa opôs embargos de declaração para sanar a existência de contradição na decisão proferida, os quais foram parcialmente providos mediante o reconhecimento da existência de contradição da decisão colegiada, de modo que foi imposta ao recorrente prisão domiciliar sem a utilização de tornozeleira eletrônica.

Sustenta que a prisão preventiva foi decretada de ofício, pois não houve na origem nenhum requerimento nesse sentido; assim, ela seria ilegal e, por conseguinte, todo e qualquer ato dela derivado, como a imposição da prisão domiciliar. No seu entender, "*a ilegalidade da prisão preventiva torna todos os atos derivados ilegais*", não podendo ser fixada a segregação domiciliar quando declarada a ilegalidade da prisão cautelar anteriormente fixada.

Requer, liminarmente e no mérito, "a expedição de alvará de soltura do paciente". Com pedido subsidiário, requer a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa, consoante o art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, o acórdão do TJAL fundamentou a decretação da prisão domiciliar nos seguintes termos:

Nesse ponto, é imperioso destacar que a questão da possibilidade de relaxamento de prisão preventiva reconhecidamente ilegal e a consequente fixação de prisão domiciliar ao paciente não se reveste de qualquer contradição. Isso porque o referido tema, na realidade, diz respeito ao próprio mérito do *Habeas Corpus* julgado, tendo sido objeto de aprofundado debate perante esta Câmara Criminal.

Com efeito, é bem verdade que quando da apreciação da Ação Constitucional por este Órgão Colegiado, foi proferido voto divergente pelo eminente Des. Washington Luiz D. Freitas, no sentido do incabimento da prisão domiciliar após o reconhecimento da ilegalidade da prisão preventiva.

No entanto, a divergência restou vencida após a prolação do voto do eminente Des. Sebastião Costa Filho (fls. 85/88 dos autos principais), no sentido de acompanhar o voto por mim apresentado. Oportunamente, convém transcrever trecho no qual se enfrenta a questão suscitada pelo embargante: [...]

Percebe-se, pois, sem grandes dificuldades, que a apontada contradição consistiu, na verdade, em objeto de discussão quando da apreciação do mérito do *Mandamus*, ocasião em que, à maioria de votos, a tese ora suscitada pelo embargante não foi acolhida pela Câmara Criminal. O julgamento por maioria de votos não pode, a toda evidência, ser considerado como contraditório, eis que eventual divergência entre os entendimentos esposados pelos julgadores é característica própria dos órgãos colegiados.

Nesse passo, acolher a tese engendrada pelo embargante resultaria, em última análise, na rediscussão de matéria já decidida por esta Corte de Justiça, o que não é admissível em sede de embargos declaratórios.

Desse modo, a tese em apreço não merece prosperar.

Por fim, no tocante à possibilidade de adoção de medidas cautelares mais brandas, descritas no art. 319 do CPP, mencionada pelo embargante em suas razões recursais, cumpre registrar que tais medidas foram impostas quando da concessão da medida liminar requestada pelo então impetrante, e posteriormente confirmadas, em caráter definitivo, no julgamento de mérito do HC.

[...]

Posteriormente, consoante narrado, a medida liminar foi confirmada, nos exatos termos acima delineados, com a ressalva, apenas, da retirada do equipamento de monitoramento eletrônico.

Dessa forma, tem-se que as medidas cautelares aqui requeridas, previstas no art. 319 da Lei Adjetiva Penal, já foram estabelecidas no início do trâmite do *Habeas Corpus* que originou este recurso, e continuam plenamente aplicáveis ao embargante.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento dos presentes Embargos de Declaração, para no mérito, ACOLHÊ-LOS PARCIALMENTE, conferindo-lhes efeitos modificativos no sentido de sanar a contradição existente no julgado vergastado, para que seja revogada a medida cautelar relativa à monitoração eletrônica, descrita no inciso IX do art. 319 do CPP, e, consequentemente, seja retirada tonozzeira utilizada por Manoel Remerson Almeida Silva.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente